

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

ÂNIMA EDUCAÇÃO

ANA CAROLINA BRAGA BEJARANO

GIOVANNA DE ARRUDA BRANDÃO SOUSA

ISABELLA FREITAS FIGUEIREDO

JOYCE AMBAR

JULIANE ALVAREZ RODRIGUES

A EXPANSÃO DO BRICS E A PERSPECTIVA BRASILEIRA

São Paulo

2023

ANA CAROLINA BRAGA BEJARANO

GIOVANNA DE ARRUDA BRANDÃO SOUSA

ISABELLA FREITAS FIGUEIREDO

JOYCE AMBAR

JULIANE ALVAREZ RODRIGUES

A EXPANSÃO DO BRICS E A PERSPECTIVA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi como requisito para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Profa. Carolina Cristina Loução Preto

São Paulo

2023

2

ANA CAROLINA BRAGA BEJARANO, GIOVANNA DE ARRUDA BRANDÃO SOUSA,
ISABELLA FREITAS FIGUEIREDO, JOYCE AMBAR, JULIANE ALVAREZ
RODRIGUES

A EXPANSÃO DO BRICS E A PERSPECTIVA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de graduação de Relações Internacionais
da Universidade Anhembi Morumbi como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel.

São Paulo , _____ de _____ de 2023

Profa. orientadora Carolina Cristina Loução Preto, Dra.

Universidade Anhembi Morumbi

Prof. Nome completo, abreviatura da titulação

Universidade Anhembi Morumbi

Prof. Nome completo, abreviatura da titulação

Universidade Anhembi Morumbi

AGRADECIMENTOS

Agradecimento aos professores que nos acompanharam até esse momento final da graduação, em especial a nossa orientadora, professora Carolina, que nos ajudou desde o começo a realizar esse trabalho. Assim como agradecemos também aos nossos familiares que sempre estiveram nos apoiando e incentivando nessa jornada.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a perspectiva brasileira em relação ao processo de expansão do BRICS. O Brasil, inicialmente, demonstrou certa resistência à entrada de novos membros no agrupamento, mas acabou por apoiar a expansão após longas negociações com os outros países fundadores. Buscou-se entender as razões da resistência; as ressalvas brasileiras em relação à ampliação e os motivos que levaram à superação da postura inicial do país. Para realizar essa análise, foram consultados materiais disponíveis ao público sobre o debate do tópico. Além disso, realizou-se uma revisão da bibliografia acadêmica, e o estudo de notícias e análises de conjuntura de fontes brasileiras e estrangeiras de língua inglesa, discursos e entrevistas de atores diretamente envolvidos nas negociações e de especialistas em BRICS e na política externa de seus integrantes. A hipótese preliminar é a de que, por conta das fortes pressões vindas da Rússia e, principalmente da China, para aceitação da proposta, bem como do compromisso assumido por estes dois atores, que são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, em apoiar uma reforma do órgão que incluiria o Brasil, a posição brasileira foi alterada. Somado a isso, a política externa do governo Lula tem atuado para tentar reverter o isolamento e o desprestígio internacional enfrentados pelo Brasil nos últimos quatro anos, restabelecendo posturas e princípios de convivência em âmbito externo, retomando a defesa do multilateralismo, e também reaproximando o país dos BRICS após um período de desvalorização dessa agenda nos governos Temer e Bolsonaro. Conforme pesquisa e análise realizadas, sugere-se que houve pressão da China para que o Brasil aceitasse a entrada de novos membros, mas que a decisão final brasileira se consolidou após a obtenção dos ganhos decorrentes das negociações, entre os quais estão o apoio de todos os membros do grupo à reforma do Conselho de Segurança da ONU, com menção específica ao Brasil na declaração da cúpula, e a garantia de que todos os países que entrarem no BRICS a partir de agora também deverão defender a reforma. Além disso, o Brasil também teve sucesso ao negociar a adoção de critérios para a seleção dos novos ingressantes do bloco, entre eles, o do equilíbrio regional.

Palavras-Chave: BRICS; Brasil; Expansão; Conselho de Segurança da ONU

ABSTRACT

The present paper explores the Brazilian perspective on the BRICS expansion process. Initially, Brazil demonstrated some resistance to the entry of new members into the group but eventually supported the expansion after lengthy negotiations with the other founding countries. The goal was to understand the reasons for this resistance, Brazilian concerns about the enlargement, and the factors that led to overcoming the country's initial stance. To conduct this analysis, publicly available materials on the topic were consulted. Additionally, an academic literature review was conducted, along with the study of news and situational analyses from Brazilian and English-language foreign sources, speeches, and interviews of individuals directly involved in the negotiations, as well as insights from experts on BRICS and the foreign policies of its members. The preliminary hypothesis is that, due to strong pressures from Russia and mainly China, for the acceptance of the proposal, as well as the commitment made by these two actors, who are permanent members of the UN Security Council, to support a reform that would include Brazil, the Brazilian position was altered. In addition, the foreign policy of the Lula government has worked to reverse the international isolation and discredit faced by Brazil in the last four years, restoring positions and principles of international coexistence, advocating for multilateralism, and also re-engaging with the BRICS after a period of devaluation of this agenda in the Temer and Bolsonaro governments. Based on the research and analysis conducted, it is suggested that there was pressure from China for Brazil to accept the entry of new members, but the final Brazilian decision solidified after gaining benefits from the negotiations. These benefits include the support of all group members for the reform of the UN Security Council, with specific mention of Brazil in the summit declaration, and the assurance that all countries entering BRICS from now on must also advocate for the reform. Additionally, Brazil also succeeded in negotiating the adoption of criteria for the selection of new bloc members, including regional balance.

Keywords: BRICS; Brazil; Expansion; UN Security Council

Lista de Siglas

BRIC- Brasil, Rússia, Índia, China

BRICS- Brasil, Russia, India, China, Africa do Sul

CSNU- Conselho de Segurança da ONU

CREDN- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

EUA- Estados Unidos da América

IBAS- Índia, Brasil e África do Sul

IISS- International Institute for Strategic Studies

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FMI- Fundo Monetário Internacional

G7 - Grupo dos sete países mais industrializados do mundo: EUA, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido

G8- Grupo dos oito países mais industrializados do mundo: EUA, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia

NDB- Novo Banco de Desenvolvimento

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ENTRADA DE NOVOS MEMBROS NO BRICS	12
2.1. BRASIL E A REFORMA NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU .	13
2.2. A ATUAL POSIÇÃO DO BRICS NO CENÁRIO INTERNACIONAL E OS ANTECEDENTES DA EXPANSÃO.....	16
2.3. DA RESISTÊNCIA BRASILEIRA	18
2.4. DA SUPERAÇÃO DA RESISTÊNCIA.....	20
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1. INTRODUÇÃO

Em 2023, o BRICS foi amplamente discutido na esfera da política internacional, tanto pela mídia brasileira como pela de diversos outros países, fossem estes integrantes do grupo ou não. O debate foi motivado pela proposta de adição de novos membros ao grupo, que fora negociada e aprovada na 15ª Cúpula dos BRICS, mas também por conta do potencial e relevância apresentados pelo agrupamento desde sua formação.

Em 2001, na análise intitulada "Building Better Global Economic BRICs", de autoria do economista da Goldman Sachs, Jim O'Neill, o termo BRIC é mencionado pela primeira vez. Inicialmente englobando apenas Brasil, Rússia, Índia e China, o termo ganhou força no mercado financeiro pelo potencial desses países para investimentos, uma vez que, por questões como altas taxas de crescimento do PIB, PIB per capita e tamanho populacional, o grupo era visto como tendo um futuro promissor. Durante a primeira década do século XXI, o grupo de fato teve resultados muito positivos, não sendo tão afetado pela crise financeira de 2008 como foram muitos países desenvolvidos, o que levou a Goldman Sachs a chamar o período de "Década dos BRICs".

Gradualmente, o que era apenas um termo de cunho financeiro passou a se materializar por iniciativa dos próprios países em questão. Desde 2001, os ministros de Relações Exteriores de Rússia, Índia e China se reuniam anualmente para tratar principalmente de questões de segurança na região asiática, incluindo temas como migração, tráfico e terrorismo. Em 2006, a Rússia sinalizou, pela primeira vez, a vontade de incluir o Brasil nas conversas, para constituir o BRICs. À margem da 61ª Assembleia Geral da ONU, ocorreu o primeiro encontro informal entre os Ministros de Relações Exteriores dos quatro países, organizado pelo chanceler russo, Sergey Lavrov, e a coordenação entre o grupo foi iniciada (Brasil, 2015). Nessa reunião, dentre os diferentes temas de política internacional discutidos, destacou-se uma pauta comum que posteriormente se desdobraria em um dos principais objetivos do BRICS: o descontentamento em relação às instituições financeiras internacionais, mais especificamente o FMI e o Banco Mundial, e ao fato de os fóruns internacionais mais importantes, como o G8, não darem voz às potências emergentes (Stuenkel, 2015). A partir de então, começaram as conversas entre os quatro países para a organização de reuniões formais.

A 1º Cúpula dos BRICs foi realizada em 16 de junho de 2009, e demonstrou a intenção do grupo de constituir um projeto de longo prazo além de situar como um dos interesses comuns a reforma das instituições financeiras internacionais.

Inicialmente, a cooperação se apresentava principalmente no âmbito financeiro, justamente para buscar o objetivo de tornar as instituições financeiras internacionais mais representativas. Depois foi se aprofundando para outros setores, como o de educação, saúde, ciência e defesa. O termo, que antes restringia-se ao setor financeiro, assumiu significado político importante no sistema internacional com a expansão (Reis, 2013).

Além da expansão do escopo do que era discutido nas reuniões, na 3º Cúpula foi anunciada oficialmente a adesão da África do Sul, expandindo o quadro de membros do agora BRICS. A entrada do primeiro país africano no grupo foi debatida à época por não atender aos critérios que o criador do termo utilizou em 2001, porém foi algo bem articulado pelos membros, que inclusive já tinham tido experiências de cooperação bem sucedidas com a África do Sul, como o IBAS, grupo que inclui Índia, Brasil e África do Sul.

Segundo diplomatas brasileiros e indianos, essa primeira adesão foi bem recebida pelo Brasil, justamente pela experiência positiva citada (Stuenkel, 2015). No entanto, ao contrário do que aconteceu na década passada, a recente expansão do grupo causou muitas discussões entre as autoridades brasileiras responsáveis, de acordo com relatos de diplomatas brasileiros entrevistados pela CNN (2023). A proposta foi elaborada inicialmente em 2017 pela China, país que, desde então, mais pressionou os demais membros para que se concretizasse a ideia. Neste ano, o Ministro das Relações Exteriores chinês demonstrou o interesse da potência na expansão para os "BRICS plus", declarando que a adesão de novos membros construiria "uma parceria mais ampla, mantendo diálogos com outros países e organizações em desenvolvimento, para transformar o grupo na plataforma mais influente para a cooperação sul-sul no mundo" (RFI, 2017).

No século XX, assistimos à grandes mudanças que definiram a ordem mundial atual, tais como duas grandes guerras, processos de industrialização, movimentos de independência na África e na Ásia, e a ascensão de novas potências como os Estados Unidos e, posteriormente, a China. No mundo globalizado de hoje, as mudanças parecem acontecer em ritmo ainda mais rápido. Assim, analistas em todo o mundo assistem atentos cada movimento dos países no sistema internacional, tentando prever os resultados e os impactos sobre a atual ordem internacional.

Por conta disso, o tópico da expansão dos BRICS foi algo muito comentado recentemente pela mídia e por analistas ao redor do mundo, uma vez que poderia trazer mudanças para a ordem mundial por apontar para um estreitamento das relações de países com a China. Essa possibilidade é comentada por Leonardo Trevisan, professor de Relações Internacionais da ESPM, quando declara que:

“A China pretende usar os BRICS para construir mais poder geopolítico e avançar, de alguma forma, em praticamente todo o planeta em influência e financiamento. É nesse aspecto que os Brics estão sendo ampliados. É nesse aspecto também que ele causa preocupação aos Estados Unidos e à Europa Ocidental” (CNN Brasil, 2023).

No Brasil, o assunto ganhou importância pelo foco dado pela política externa do governo Lula III, que declara como um de seus objetivos fortalecer os laços com outros Estados do Sul Global, em especial com países africanos. Segundo declaração do Presidente Lula durante discurso em evento do BRICS em Joanesburgo, a relação brasileira com o continente africano deveria ser retomada. Mais do que isso, afirmou-se que o Brasil “nunca deveria ter se afastado”, como teria acontecido durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Neste contexto, o atual presidente enxergou nos BRICS uma plataforma para concretizar uma retomada da política de aproximação com a África observada em seus governos anteriores.

Desde o início, o Brasil não expressou total apoio à iniciativa chinesa, sendo noticiado não só domesticamente, mas também internacionalmente, que o país teria ressalvas em relação à adesão de novos membros (Exame, 2023). O presente artigo tem como objetivo analisar a perspectiva brasileira em relação à recente expansão dos BRICS, abordando quais seriam as supostas resistências do Brasil e como elas foram superadas.

Para compreender a posição brasileira nesse movimento do bloco, o artigo apresentará uma pesquisa do material disponível ao público sobre o debate do tópico, incluindo a revisão de bibliografia acadêmica, como também notícias e análises de conjuntura de fontes brasileiras e estrangeiras de língua inglesa, discursos e entrevistas de atores diretamente envolvidos nas negociações e de especialistas em BRICS e na política externa dos seus integrantes.

A fim de analisar o processo decisório brasileiro, serão observados fatores domésticos e externos e a relação entre eles. Inicialmente, pensou-se na utilização da teoria dos "jogos de

dois níveis" de Putnam para explicar a negociação nesses dois níveis de análise, doméstico e internacional. No entanto, identificou-se que, por conta da característica do insulamento de seu Ministério das Relações Exteriores e da forte diplomacia presidencial no caso brasileiro, uma marca dos governos Lula, não houve grande participação da sociedade civil na construção da política externa neste tema, o que diminui a utilidade explicativa da teoria para o processo aqui estudado.

2. ENTRADA DE NOVOS MEMBROS NO BRICS

Inicialmente, as questões brasileiras em relação à entrada de novos membros no BRICS refletiam, em grande parte, a preocupação do corpo diplomático nacional de que o movimento poderia diluir o poder do Brasil dentro do grupo (Gazeta do Povo, 2023). A forte pressão vinda da China praticamente impossibilitou uma rejeição completa da expansão, o que fez com que, através de negociações, o Brasil tentasse eliminar ou ao menos minimizar os obstáculos que via à adição de países no BRICS. Conforme a BBC News Brasil (2023), “nos últimos anos, a pressão feita pela China, com apoio da Rússia, pela expansão do grupo levantou dúvidas sobre se esse movimento teria como objetivo dar um caráter mais político ao bloco”, já que ambas as potências estão em conflito com os EUA, sendo uma guerra comercial por parte da China e a Guerra da Ucrânia por parte da Rússia. Em entrevistas ao jornal digital Infomoney (2023), autoridades não mencionadas, por serem informações de reuniões fechadas, disseram que a China utilizou do lobby repetidas vezes durante as reuniões para conseguir a aprovação dos membros do bloco para a entrada de novos Estados. Brasil e Índia, inicialmente, foram resistentes à entrada de novos membros, por ressalvas no caso do governo brasileiro e burocracia do lado indiano.

Ponto importante para que as ressalvas brasileiras fossem superadas, citado por diversos analistas, como Maria Fernández, professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e pesquisadora do Brics Policy Center, foi o comprometimento feito por todos os países membros do grupo em apoiar uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, incluindo menções específicas ao Brasil, Índia e África do Sul (Correio Braziliense, 2023), países do BRICS que historicamente buscam um assento permanente no órgão internacional.

Em matéria da CNN Brasil (2023), é mostrado o interesse brasileiro em negociar com Pequim para aceitar a entrada de novos membros quando é explicitado que, “além do apoio

chinês para a reforma do Conselho de Segurança, o governo brasileiro vem pedindo ainda que outros critérios claros sejam adotados para a expansão dos Brics antes do anúncio de entrada de qualquer novo país”. A matéria também aponta que:

“os negociadores brasileiros argumentam que é contraditório Pequim defender a ampliação do grupo de grandes países emergentes em nome de mudanças na governança global e, ao mesmo tempo, ser contra a reforma do Conselho de Segurança – o mais importante órgão de governança global, no qual o país asiático tem um assento permanente”. (Martins, 2023).

Além do apoio à reforma do Conselho de Segurança, ainda segundo a matéria da CNN Brasil, os negociadores brasileiros estariam tentando também conseguir que fosse mantido um balanço regional entre os membros do grupo (Martins, 2023).

2.1 Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU.

No caso do Brasil, a intenção de conseguir uma modificação no Conselho de Segurança há décadas, materializando-se quando, em 1994, o país lançou oficialmente sua candidatura para ocupar um assento permanente no órgão durante a Sessão Ordinária Anual da Assembleia Geral das Nações Unidas. Mesmo com as trocas de governos brasileiros nos anos seguintes, a demanda se manteve, uma vez que uma participação no Conselho de Segurança traria prestígio ao país, além de aumentar seu espaço de fala em discussões de temas sensíveis e criar uma possibilidade de influenciar a agenda de discussões, podendo assim defender seus interesses e eventualmente conseguir concessões benéficas ao país.

A candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU foi feita no governo Itamar Franco, durante o discurso do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na 49ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU: “O Brasil tem participado ativamente do debate sobre a ampliação do Conselho de Segurança. Temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes. (Amorim, 1994 p. 587)”.

Após a declaração do Ministro Celso Amorim, o Brasil vem trabalhando para conseguir a reforma no Conselho de Segurança da ONU. Segundo Mônica Herz, diplomatas brasileiros pressionam pela reforma alegando que a organização deve ser pacificadora, além

de existirem interesses internos em garantir um papel de maior destaque no cenário internacional para o país, como apontado por ela no trecho em que explica que a:

“...defesa do princípio de soberania é acompanhada de esforços no sentido de afirmar a legitimidade do país enquanto um ator central no cenário internacional. Assim, a tentativa de alcançar um equilíbrio entre a aceitação da crescente rede de normas internacionais e condicionalidades e a proteção da soberania estatal pode ser observada. Enquanto a elite decisória tem incorporado uma compreensão mais sofisticada da crescente interdependência entre sociedades nacionais no campo econômico, social, político e cultural e do papel das organizações internacionais, no contexto de uma visão dualista do sistema internacional, a defesa do princípio de soberania estatal constitui-se em uma peça central da estrutura do discurso e comportamento oficiais.” (Herz, 1999).

É durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso que o Brasil adota uma estratégia para aumentar não só a sua presença regional na América do Sul, mas também a sua inserção e relevância internacional, utilizando-se muito da participação em discussões dentro de organismos internacionais para aumentar a sua projeção.

Vigevani e Cepaluni (2007) expõem em artigo sobre a política externa de Lula da Silva que a estratégia da autonomia pela diversificação cria uma relação entre os governos antecessores ao do presidente Lula da Silva, mostrando que há um entendimento do que deve ser a política externa brasileira. Ainda de acordo com eles:

O governo Itamar Franco (1992-1994) com FHC (1992-1993) e depois Celso Amorim (1993-1994) no comando do Ministério das Relações Exteriores operacionalizou as metas traçadas para a política externa. A busca de redefinição dos objetivos a serem percorridos envolveu ativamente o Ministério da Fazenda (nas gestões de FHC, Rubens Ricupero e Ciro Gomes), quando a adesão aos valores prevaletentes no cenário internacional se traduziu em ações centradas na busca de estabilidade econômica. (Vigevani; Cepaluni, 2007)

O cenário de crise econômica que assombrou o Brasil desde a década de 70 com a crise do petróleo faz com que os presidentes se movimentem para dar ao Brasil uma saída, a autonomia no sistema internacional. Em continuação no artigo, a consideração da continuidade de política externa do governo FHC para o governo Lula,

A ideia de ‘mudança dentro da continuidade’, defendida por Lafer (2001b, p. 108), que prevaleceu no governo FHC, significava que a renovação da política externa deveria caracterizar-se por uma adaptação criativa aos novos

desafios internacionais. No mesmo sentido, a política externa de Lula da Silva promove ajustes ou mudanças de programa com relação às ações do governo anterior. (Vigevani; Cepaluni, 2007)

Considerando que a política de FHC já era uma continuidade dos governos anteriores, Collor de Mello e Itamar Franco, a inserção brasileira nas pautas internacionais e a reforma no Conselho de Segurança se mantiveram presentes na agenda brasileira.

Com a entrada do governo Lula em 2002, os interesses do Itamaraty em conseguir a cadeira permanente continuam, e Lula por sua vez trabalha durante os seus dois mandatos para conseguir alcançar esse objetivo tão desejado, havendo uma continuação da política externa de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

As metas da política externa brasileira para 2004 foram a de consolidar o papel do Brasil como líder da América do Sul; a abertura de novos mercados; a liderança no combate às desigualdades entre países ricos e pobres; e o fortalecimento do MERCOSUL, além da campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (A. Mendes Marra; Nazareno, 2005, p. 6)

Essa continuação de política dos antigos governos também é representada pelas tentativas de melhor inserção internacional brasileira, que colocam o Brasil como um país com importância no sistema internacional, passando a ser incluído nas mesas de debate, como na ONU, ganhando espaço de fala e tendo a sua importância nos assuntos de relevância da agenda internacional. Atualmente, no governo Lula (2023) após quatro anos de uma política externa brasileira conturbada, o presidente Luiz Inácio inicia o seu mandato com viagens internacionais e reuniões diplomáticas com chefes de Estado, e assim o trabalho para conseguir a reforma no CSNU continua.

Em declarações feitas por Celso Amorim, o diplomata afirma durante as realizações da cúpula dos BRICS que o bloco se transformou em “uma afirmação global”, e que o interesse de um grande número de países na expansão do grupo demonstra a complexidade do mundo em que vivemos atualmente (Agência Gov, 2023). Além disso, o mesmo comenta sobre a importância que o grupo adquire com a entrada de novos membros quando declara:

“Eu acho que essa reunião deixa muito claro isso. Todo esse interesse que existe de expansão, de países que desejam ser parceiros ou membros plenos

do BRICS, demonstra que (o BRICS) é uma nova força no mundo, que o mundo não pode mais ser visto como ditado pelo G7” (Estadão, 2023).

Em uma outra entrevista, no podcast “O Mundo é um Moinho”, no youtube, Audo Faleiro (diplomata e braço direito de Celso Amorim) dá uma entrevista comentando sobre a 15ª cúpula do BRICS que aconteceu em agosto de 2023, em Joanesburgo, África do Sul, na qual ocorreu a votação para a entrada de novos membros e a reafirmação de pontos importantes para o bloco desde a sua criação. Conforme Audo Faleiro, a declaração da última cúpula deixou claro como nunca antes na história do BRICS a questão da reforma do CSNU, fazendo inclusive menções específicas ao Brasil, Índia e África do Sul. Ele considera isso um marco e um grande ganho para o Brasil. Também acredita, assim como Celso Amorim, que há atualmente um “movimento estrutural de transformação global” das relações geopolíticas, e que a expansão do BRICS o consolida ainda mais como esse “centro de atração gravitacional” no mundo, o que foi demonstrado pelos 40 pedidos de adesão ao bloco (formais e informais).

A expansão dos BRICS é vista portanto como uma oportunidade de conseguir a reforma tão esperada pelo corpo político e diplomático brasileiro, por poder encontrar novos apoiadores da sua candidatura a um assento permanente, sendo esses não só os novos membros do BRICS, mas especialmente a China e a Rússia que já possuem poder de veto no Conselho. A negociação feita com os tomadores de decisão brasileiros poderia se apoiar então nessa questão, sendo ela uma das condições exigidas pelo Itamaraty para que a posição brasileira se tornasse favorável à adição de novos membros no grupo de potências emergentes.

2.2 A Atual Posição do BRICS no Cenário Internacional e os Antecedentes da Expansão

Algo que tem sido muito discutido na academia nas últimas duas décadas é o momento atual que vive o sistema internacional, onde verificam-se mudanças na ordem unipolar estabelecida no pós Guerra Fria. Nesse contexto de mudança insere-se o BRICS, grupo que inicialmente tinha fins apenas econômicos, mas ao longo dos anos foi adquirindo um caráter cada vez mais geopolítico. Nas palavras de Ana Garcia (2023, tradução nossa), coordenadora do BRICS Policy Center, em entrevista dada à CBC News, “O BRICS tornou-se uma coalizão política que tem no seu centro o questionamento da unipolaridade ou

hegemonia ocidental”. Ela explicou também que essa transição foi acelerada pelas tensões entre China e Estados Unidos e pelo início da invasão russa à Ucrânia.

De acordo com Alfonso Valdés (2023), especialista do Ministério de Relações Exteriores de Cuba, esse conflito empenhado pela Rússia no território ucraniano trouxe ainda mais questionamento à hegemonia norte-americana quando se observa o número reduzido de países que aceitaram impor sanções econômicas à Rússia. Não somente isso, mas também a votação da resolução A/ES-11/L.14, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que aconteceu no dia 2 de março de 2022, que condenava a operação militar especial russa, na qual o único voto a favor dentre os membros do BRICS foi o do Brasil. Observa-se então que mesmo tentando exercer alguma pressão, os Estados Unidos e seus aliados ocidentais não conseguiram fazer com que os países do bloco adotassem o mesmo posicionamento que o seu (Valdés, 2023), nem que estes adotassem as medidas econômicas coercitivas à Rússia, e assim, da mesma forma que os cinco BRICS, praticamente todos os países do Sul Global também o fizeram.

Para Sá e Rodriguez (2022), do BRICS Policy Center, a invasão à Ucrânia e as sanções coercitivas dos países ocidentais levaram a Rússia a se aproximar ainda mais dos outros países do bloco, em busca de evitar seu isolamento. Da mesma forma, como explica Cristian Nitoiu, palestrante em diplomacia e governo internacional no campus de Londres da Universidade de Loughborough para o CBC News, para o governo russo a entrada de novos membros no BRICS pode ser a conquista de potenciais novos aliados no contexto em que o Ocidente tenta isolá-la, o que segundo ele se diferenciaria, por exemplo, da visão da África do Sul, que provavelmente está mais interessada em trazer países que não façam o grupo parecer uma coleção de “Estados com inclinações autoritárias”, já que “a África do Sul se vê como uma das maiores democracias não ocidentais.” (Stewart, 2023, tradução nossa).

Como já mencionado anteriormente, a iniciativa de expansão do BRICS foi introduzida pela primeira vez pela China em março de 2017, durante a coletiva de imprensa anual do ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. Na cúpula do BRICS de 2022, que aconteceu na China, a questão da ampliação foi trazida novamente, e pela primeira vez houveram convites para países que não fazem parte do grupo participarem da reunião de líderes (Vazquez, 2022). Segundo Lukin e Xuesong (2019, p. 08, tradução nossa) o objetivo da China com a expansão do grupo é “fortalecer o diálogo e a cooperação entre o BRICS e

outros mercados emergentes e países em desenvolvimento, facilitar a criação de relações de parceria mais amplas e estimular o desenvolvimento conjunto e a prosperidade em formatos mais amplos.”

Apesar dos objetivos mencionados, também é possível identificar interesses internos da China, principalmente relacionados ao seu projeto Cinturão e Rota. De acordo com Silva (2022), o interesse da China em ampliar o BRICS pode estar associado a uma tentativa de estabilizar regiões da Ásia Central e Oriente Médio, as quais são importantes localizações para as rotas terrestres do projeto. Dos novos países convidados a adentrar o BRICS em 2024, três estão localizados na região do Oriente Médio (Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes), o que pode confirmar a hipótese levantada por Silva. A Argentina, outro país convidado a entrar para o BRICS, aderiu ao projeto chinês em fevereiro de 2022. Além disso, “pesquisadores acreditam que o motivo de Pequim é reestruturar e expandir o BRICS sob sua liderança e diluir o papel do Brasil e da Índia.” (Sá e Rodriguez, 2022). Dessa forma, o questionamento que tem sido colocado por muitos analistas recentemente é se essa expansão do BRICS seria uma tentativa da China de aumentar a sua legitimidade na governança global e a sua influência nas instituições.

2.3 Da Resistência Brasileira

A visão do Itamaraty frente à expansão dos BRICS sempre foi cautelosa, uma vez que internamente o corpo diplomático brasileiro via a entrada de novos países no grupo com preocupação por poder representar uma diluição do poder brasileiro dentro do BRICS. Isso ia de contraponto com as declarações públicas dadas pelo presidente Lula, já que em mais de uma ocasião ele declarou o apoio à expansão liderada pela China. Em um café da manhã com correspondentes no Palácio do Planalto, promovido no dia 02 de agosto de 2023, o atual presidente brasileiro declarou: “vamos discutir a entrada de novos países, e sou da opinião de que quanto mais países quiserem entrar, se tiverem o cumprimento da regra que estamos estabelecendo, nós vamos aceitar a entrada desses países”, além de indicar seu apoio a alguns países em específico quando disse achar "extremamente importante a Arábia Saudita entrar nos BRICS. Acho extremamente importante os Emirados Árabes, se quiserem entrar, a Argentina. Obviamente que eu não decido sozinho".

Apesar do apoio à adição de novos membros, de acordo com a análise feita por Irene Mia (2023) do International Institute for Strategic Studies (IISS), a inclusão do Irã dentre os seis países escolhidos para adentrar o bloco em 2024 não era do interesse do presidente Lula, visto que essa entrada colocaria o bloco aparentemente numa posição mais “anti-ocidente” do que o Brasil gostaria. Porém, esta afirmação, de que a entrada do Irã não era do interesse do presidente, pode ser confrontada considerando o pragmatismo da política externa adotada por Lula, explicado pelo professor de política e relações internacionais da Universidade de Londres e especialista em Irã, Karabekir Akkoyunlu em entrevista ao Estadão (Gateno, 2023), e também as importantes relações do Brasil com o Irã, que é o 5º maior comprador do agronegócio brasileiro e o maior mercado do Oriente Médio para os produtos brasileiros (Brasil, 2023).

No começo de agosto, o vice-ministro de Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Irã, o embaixador Ali Bagheri Kani, veio ao Brasil em comemoração aos 120 anos de relações bilaterais entre Brasil e Irã, e tratou sobre o assunto do BRICS com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Paulo Alexandre Barbosa (Brasil, 2023). Na ocasião, ele aproveitou para reafirmar o interesse iraniano em entrar para o BRICS e disse contar com o apoio do Brasil (Brasil, 2023). À Folha de São Paulo o embaixador disse: "Tivemos ótimas conversas com nossos amigos brasileiros para que nos apoiem no ingresso ao grupo." (Vieira, 2023), matéria que foi replicada no site da Embaixada da República Islâmica do Irã em Brasília.

Ao mesmo tempo que existe esse interesse brasileiro na entrada do Irã, em contrapartida a afirmação recorrente na mídia e na fala de alguns analistas, de que o BRICS estaria caminhando para se tornar um bloco de oposição ao Ocidente e às instituições multilaterais, vem sendo fortemente negada pelo presidente Lula e por outros integrantes do governo, devido ao temor de que essa interpretação se espalhe e prejudique os interesses do Brasil "(com) os Estados Unidos em particular e com respeito ao financiamento climático - que este (Brasil) não estará disposto a pôr em risco" (Mia, 2023, tradução nossa). Dessa forma, infere-se que esse temor, dadas as importantes relações do Brasil com as potências ocidentais e o pragmatismo da política externa do governo Lula, atuou como uma das ressalvas do Brasil quanto ao projeto de ampliação do BRICS. Outro elemento que também é mencionado nessa análise de Irene Mia como não sendo do interesse de Lula é o ritmo acelerado que foi adotado para o processo de expansão, o que talvez possa ser confirmado

pela notícia da BBC que afirma que “(O Brasil) insistia oficialmente para que, em vez de uma expansão acelerada do grupo, que o Brics adotasse critérios a partir dos quais fosse feita a avaliação dos pedidos de adesão.” (Prazeres, 2023).

No Itamaraty, identificou-se uma divergência de opiniões, sendo que parte não viu vantagens na expansão do bloco. Foi noticiado pela CNN que “Há relatos de que, mesmo antes da viagem presidencial, já havia divergência interna sobre a ampliação de membros”. A principal ressalva que se colocava era a perda de peso do Brasil dentro do bloco, num cenário em que houve, de acordo com Audo Faleiro em entrevista ao podcast “O Mundo é um Moinho” no Youtube (TV GGN, 2023), e confirmado também pelo negociador-chefe da África do Sul (COLETTA, 2023), aproximadamente 40 pedidos de adesão formais e informais ao grupo. Além disso, outra questão que é levantada por analistas é a de que com a ampliação do BRICS ficará cada vez mais difícil de haver consensos dentro do bloco dadas as diferenças de interesses.

2.4 Da Superação da Resistência

Para explicar a mudança de posição do Brasil serão destacados fatores domésticos, relacionados aos atores na esfera do governo brasileiro, e externos, relacionados à negociação e às pressões no nível internacional. Como já foi dito antes, mesmo o modelo conceitual de Jogo de Dois Níveis de Putnam explicar a relação entre os dois níveis para a tomada de decisão, o uso do mesmo se mostrou insuficiente no caso analisado devido à limitação imposta pela centralização da política externa no Ministério das Relações Exteriores brasileiro, na qual há falta de comunicação com a sociedade civil e com outras esferas do governo (Oliveira, 2003, p. 173). De acordo com Lima e Santos (2001) o processo decisório da política exterior no Brasil se caracteriza pela abdicação de autoridade do Congresso para o Executivo, tornando o Poder Executivo o agente decisor único da política de comércio exterior.

No tocante à expansão do BRICS, a atuação do Poder Executivo torna-se ainda mais evidenciada, já que não é necessária ratificação das declarações das cúpulas pelo Legislativo dos países. É importante considerar também o fenômeno da diplomacia presidencial, que é extremamente presente nos governos do presidente Lula. De acordo com Ribas (2011), a diplomacia presidencial reflete o projeto político dos mandatários, assim, depende de suas

opções estratégicas, bem como dos atributos pessoais, gosto e vocação, do chefe de governo. Dito isso, e considerando a importância que tem a diplomacia presidencial, também chamada de diplomacia de cúpula, para a agenda BRICS, faz-se necessário analisar a condução de política externa do atual presidente.

De acordo com Monica Hirst (2023), a política externa do presidente Lula retomou com afinco as defesas do multilateralismo e da reforma das instituições globais. Em suas palavras:

A valorização do BRICS foi imediata; carimbada com a indicação da ex-presidente Dilma Rousseff para a presidência do banco do grupo. Ao mesmo tempo, foram retomados questionamentos às orientações normativas globais que obedecem a lógicas excludentes, que impõem condicionalidades e normalizam a práticas coercitivas. A orientação política do multilateralismo do governo Lula 3.0 também foi explicitada com a suspensão do processo de adesão brasileira à OECD e à ACG da OMC, e a reativação da demanda pela reforma do Sistema ONU, com especial menção ao Conselho de Segurança (Hirst, 2023, p. 98).

Essa valorização da pauta do BRICS presente nos governos Lula vai em contrapartida com o que os governos anteriores a ele tinham em mente quando se tratava do grupo. Segundo a análise feita por Silva e Holleben (2022), Temer baseou a sua política externa na preferência às relações bilaterais, dando foco aos países desenvolvidos, se utilizando do BRICS apenas como uma plataforma de cunho econômico para proteção do multilateralismo e indo contra o protecionismo. Enquanto isso, durante o governo Bolsonaro a articulação dos BRICS se enfraqueceu devido principalmente ao rumo que a política externa do então presidente brasileiro se deu.

De acordo com Mariana Schreiber (2019), o então governo foi marcado por críticas ao multilateralismo, deixando em evidência a sua insatisfação com organizações como a ONU e a OMS. Isso e a idolatria por Donald Trump, presidente dos EUA na época, pode ter prejudicado o fortalecimento do BRICS, impedindo a cooperação multilateral que o grupo requer.

Em diversas ocasiões se fez claro que o então governo eleito se afastaria de muitas das políticas criadas e valorizadas pelos governos petistas anteriores, uma vez que em sua opinião tinham um forte teor ideológico, como Bolsonaro (2019) declarou em seu discurso na

abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas: “Apresento aos senhores um novo Brasil, que surge depois de estar à beira do socialismo”. Por isso, ainda segundo a análise de Silva e Holleben:

“a adoção acrítica da unipolaridade e negação da estratégia multipolar, potencializou um certo distanciamento dos BRICS, que possuem como base a defesa da multipolaridade. Da mesma forma, ao desenvolver críticas à China, a articulação dos BRICS saía enfraquecida, embora mantivesse a postura de manter as reuniões anuais.” (Silva; Holleben, 2022)

A falta de relevância que o governo anterior deu para o BRICS também pode ser percebida com algumas ações tomadas por ele, como por exemplo quando no início de 2021 o governo brasileiro deixou de pagar uma parcela no valor de US\$ 292 milhões para o aporte de capital do NDB, o qual é um dos acionistas, podendo prejudicar a nota de crédito do banco dada por órgãos internacionais, atrasando os compromissos multilaterais além de afetar a imagem do BRICS frente ao sistema internacional.

A diferença da relação do governo Bolsonaro, e atualmente do governo Lula, com a defesa do multilateralismo e com a própria importância depositada ao BRICS fica evidente quando Mia (2023) afirma em sua análise da posição do Brasil que o país encarou a ampliação do BRICS como um importante passo em busca de uma ordem global mais multilateral e representativa (para os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos), o que afirma ser uma antiga e importante meta de Lula, fazendo referência à política externa adotada em seus dois mandatos anteriores.

Observando a orientação da política externa do atual governo, e considerando tudo o que o BRICS ampliado poderia trazer, incluindo mais voz aos países do grupo para negociar em igualdade de condições com a União Europeia e os Estados Unidos (Lula, 2023), a possível entrada de parceiros importantes para o Brasil (como a Argentina), e a obtenção do apoio da China à candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, pode-se talvez compreender a posição favorável do presidente Lula à expansão do grupo. Durante o Fórum Empresarial dos Brics (primeiro evento com os chefes de Estado na 15ª Cúpula dos Brics), Lula disse: “Nossos países, reunidos, representam um terço da economia mundial. Essa relevância vai crescer com a entrada de novos membros plenos e parceiros de diálogo” (Lula, 2023).

Mia (2023) classificou a inclusão da Argentina no grupo de países convidados a adentrar o BRICS como uma vitória para a diplomacia brasileira. De acordo com sua análise, Lula vê a Argentina como um importante parceiro na sua agenda para revitalização do Mercosul e para a conclusão do acordo do bloco com a União Europeia. Além disso, "ele também enxerga um governo politicamente alinhado em Buenos Aires como uma peça chave para construir uma ordem mais multilateral tanto na América Latina como para além dela." (Mia, 2023, tradução nossa).

De acordo com Marcelo Elizondo, especialista em comércio exterior, ainda que a entrada argentina no BRICS não resulte em benefícios econômicos diretos imediatos, o bloco representa uma aliança estratégica para a Argentina, especialmente por meio do NDB. Mesmo o atual presidente argentino, Alberto Fernández, já tendo declarado que a colaboração com o grupo representaria uma "grande oportunidade para o futuro" do país, a recente eleição de Javier Milei na Argentina pode colocar os esforços brasileiros a perder.

Segundo declarações dadas por Diana Mondino, economista do Centro de Estudos Macroeconômicos da Argentina, a economista cotada para liderar o Ministério das Relações Exteriores argentino antecipou a sua posição de não-adesão do país ao BRICS, o que é relacionado com a direção que o governo eleito pretende adotar e as alianças internacionais que busca valorizar. Milei já teria anunciado que suas primeiras viagens internacionais após a posse presidencial seriam para os EUA e Israel, sugerindo uma mudança no foco tradicional das relações exteriores argentinas. Essa abordagem, que está alinhada com os princípios ultraliberais do novo governo, deixam o ingresso do país nos BRICS como uma incógnita.

Retomando a análise da política externa de Lula, observou-se que, assim como nos dois primeiros mandatos, agora no terceiro, o petista tem demonstrado que terá novamente a diplomacia presidencial como uma grande característica de seu governo, o que pode ser visto nas diversas viagens internacionais que este vem fazendo desde a sua posse. A condução do presidente em política externa tem grande influência no que se refere ao BRICS, pois esta é uma agenda considerada de "diplomacia presidencial", na qual o chefe do executivo tem posição privilegiada para dar a última palavra. Dito isto, é importante observar também o papel de Celso Amorim, assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, que, de acordo com diplomatas entrevistados pela CNN, é "alguém de confiança e próximo ao

presidente Lula” (Junqueira, 2023). Ele também comandou o Itamaraty de 2002 a 2010 e foi ministro da Defesa durante o governo Dilma.

O assessor teve um grande papel na condução de assuntos internacionais durante a campanha eleitoral do atual presidente, além do processo de transição de governos e depois da posse do petista, indo a diversos compromissos internacionais representando o Brasil desde então, o que acaba por fazer com que esse seja um ator relevante no processo de decisão de política externa do país. De acordo com Caio Junqueira (2023) da CNN, um dos diplomatas entrevistados apontou que considera o desenho final do acordo uma vitória de Celso Amorim, enquanto que outros relataram “que a agenda de união de países não-alinhados aos Estados Unidos é prioritária, e o fato de (Celso Amorim) ser alguém de confiança e próximo ao presidente Lula acaba facilitando que essa visão prevaleça na diplomacia brasileira” (Junqueira, 2023), confirmando a influência desse ator no processo decisório que levou ao aceite do Brasil à expansão do BRICS.

Em entrevista a jornalistas em Joanesburgo, África do Sul, durante os dias de realização da XV Cúpula do BRICS, Amorim disse que o movimento de expansão do bloco é inevitável, pois faz parte da organização de uma nova ordem mundial, que “não pode ser ignorada” e que “o mundo não pode mais ser visto como ditado pelo G7” (Amorim, 2023). Disse também que primeiro “você escolhe os países e aí depois define os critérios” (Amorim, 2023), mostrando uma mudança na posição do Brasil, que inicialmente resistiu à ampliação do bloco e tentou pleitear com os demais integrantes do BRICS a definição de critérios para realizar novas admissões ao bloco.

Apesar de Lula ter afirmado em uma de suas declarações apoiar a entrada de quantos países quisessem entrar, ele sempre enfatizava a necessidade de que esses países tivessem o cumprimento das exigências que seriam colocadas. Como já foi mencionado antes, de acordo com a reportagem de Caio Junqueira (2023) para a CNN, diplomatas envolvidos relataram que a China apresentou um pacote muito maior de países para serem incorporados, mas que a diplomacia brasileira atuou na negociação buscando o estabelecimento de critérios que restringem a ampliação desenfreada do bloco.

Interlocutores do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmaram à CNN “que o Brasil obteve vitórias, se saiu bem da cúpula e que os ganhos se darão ao longo do

tempo” (Junqueira, 2023). Segundo o que foi dito à reportagem por uma fonte do Itamaraty, “o que o Brasil colocou na mesa acabou sendo acatado: o estabelecimento de critérios de admissão que acabaram restringindo os novos integrantes a seis” e que “todo país que entrar nos Brics a partir de agora precisará defender a mudança no Conselho da ONU” (Junqueira, 2023), uma prioridade histórica da política externa brasileira que atuou como um dos principais incentivos para o Brasil aceitar a proposta de ampliação do bloco.

Porém, analistas apontam que o enfraquecimento da postura inicial brasileira também teve influência de pressão externa, principalmente da China. Na análise de Rubens Barbosa (2023), presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior e ex-embaixador do Brasil em Londres e em Washington,

“O Brasil, nos governos anteriores, propôs discutir critérios e princípios para adiar essa decisão, patrocinada pela China. A situação se modificou a partir do momento em que a China – que procura ampliar sua área de influência global e impor sua liderança no grupo – passou a estimular os países com pretensão de se juntar ao Brics e a fazer pressão sobre o Brasil e a Índia, os únicos contra a ampliação do grupo.” (Barbosa, 2023)

Além do peso que a China tem nas relações comerciais do Brasil e no próprio grupo BRICS, analistas também apontaram que, considerando que a Índia já dava indícios de que cederia, o Brasil acabaria ficando isolado dentro do bloco.

Nas palavras do ex-embaixador, em entrevista à CNN Brasil no Youtube,

“Agora (n)esse grupo (BRICS com os seis novos integrantes) coeso, não em termos de agenda, mas em termos de percepção externa, a importância como território, população, PIB, exportação e etc., isso se perde. E, eu acho que do ponto de vista do Brasil, além da diluição da nossa posição, [...] nós mudamos de posição, o Brasil era contra, queria critérios para que fossem feitos convites para outros países, nós mudamos de posição, com a ideia de que a China iria explicitar o apoio da reivindicação do Brasil para ser membro do Conselho de Segurança.” (Barbosa, 2023).

Ele ainda avalia que, apesar do apoio à reforma do Conselho ter sido afirmado na Declaração de Joanesburgo II, mencionando especificamente o Brasil, a Índia e a África do Sul para uma possível candidatura, a frase foi vaga, afirmando o apoio dos países do grupo à reforma, e não deixando explícito o apoio chinês (o qual o Brasil buscava). Na opinião dele, isso não deveria ser suficiente para que o Brasil abrisse mão da sua posição.

Apesar das ressalvas que o Brasil tinha sobre a expansão do BRICS, de acordo com um dos diplomatas entrevistados pela CNN “um desenho final diferente do que ocorreu seria impossível pela pressão que foi instalada pela China para que o Brics original fosse deixado para trás”, enquanto que interlocutores do ministro das Relações Exteriores afirmaram que “era uma questão de “coerência” aceitar a ampliação dos Brics, tendo em vista que uma das prioridades da política externa brasileira é a ampliação de outro colegiado, o do Conselho de Segurança da ONU.” (Junqueira, 2023). Dessa forma, além da pressão externa chinesa, observa-se mais uma vez o peso que teve a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU sobre a decisão brasileira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se que fatores políticos internos em conjunto com a conjuntura externa foram responsáveis pela decisão final favorável do Brasil à expansão do BRICS. Verificou-se no projeto de política exterior do novo governo a implementação de uma postura pragmática e a retomada das defesas do multilateralismo e da reforma das instituições globais, propósitos que entram em consonância com a ampliação do grupo BRICS, o qual possui um caráter reformista cada vez mais forte. A reativação da demanda histórica do Brasil pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU também foi extremamente importante nesse caso devido à possibilidade que o país tinha de negociar o apoio chinês. Dessa forma, conclui-se que a hipótese inicial se confirmou, na qual a obtenção do apoio da China para a reforma do Conselho de Segurança da ONU e para a candidatura brasileira a um assento permanente, em conjunto com a forte pressão exercida pelos chineses, atuaram como principais fatores para que o Brasil mudasse de posição e aceitasse a proposta de expansão do BRICS. Acrescenta-se também o pragmatismo das relações internacionais do atual governo Lula, através do qual o país tem buscado de forma autônoma e pragmática manter boas relações tanto com os países do Ocidente quanto com os países não Ocidentais, priorizando obter o melhor para si, o que contribuiu para a decisão favorável à ampliação mesmo sabendo das críticas que seriam feitas, de que o BRICS estaria se tornando um bloco antiocidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. MENDES MARRA, T; NAZARENO, E. A política externa do governo Lula, revista do instituto de estudos econômicos e internacionais, 2005, p 6. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2011/10/A-politica-externa-do-governo-Lula-Teresinha-Marra-y-Elias-Nazareno.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023

AMORIM, C. Os Brics e a reorganização no mundo, Folha de São Paulo, 08 de junho de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0806200807.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023

ASHBY, H. et al. What BRICS Expansion Means for the Bloc's Founding Members: New additions highlight the bloc's global appeal — but more members could further complicate its consensus-based approach. United States Institute Of Peace, 30 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2023/08/what-brics-expansion-means-blocs-founding-members>. Acesso em: 30 set. 2023

BARBOSA, R. Expansão do Brics ameaça isolar o Brasil; leia artigo de Rubens Barbosa. **Estadão**. 02 ago. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/expansao-dos-brics-ameaca-isolar-o-brasil-leia-artigo-de-rubens-barbosa/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARRUCHO, L. Expansão do Brics é 'sem critérios' e pode prejudicar Brasil, diz criador do termo, BBC News Brasil, 24 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2ed7d1vee2o>. Acesso em: 15 set. 2023

BAUMERT, M. J. Exclusivo: Brasil vira maior devedor do grupo dos Brics- De janeiro de 2020 a setembro de 2022, houve um aumento de 17% na dívida internacional do Brasil. Terra, 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://monitordomercado.com.br/noticias/37188-pela-segunda-vez-na-historia-brasil-e-quem>.

Acesso em: 01 nov. 2023.

BLOOMBERG. Pressão da China para expandir os Brics esbarra no Brasil e na Índia, Infomoney, 29 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/pressao-da-china-para-expandir-os-brics-esbarra-no-brasil-e-na-india/>. Acesso em: 2 set. 2023

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Irã quer integrar o BRICS e conta com o apoio do Brasil. [Brasília]: Câmara dos Deputados, 09 ago. 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/ira-quer-integrar-o-brics-e-conta-com-o-apoio-do-brasil> . Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL e Índia resistem à proposta da China de expandir BRICS: Países fazem objeções em negociações sobre a inclusão da Indonésia e Arábia Saudita no grupo. Exame. 2023. Disponível em: <https://exame.com/economia/brasil-e-india-resistem-a-proposta-da-china-de-expandir-brics/>. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). [S.I.]: Ministério das Relações Exteriores, 19 jan. 2015. Atualizado 03 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/brics>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. [S.I.]: Ministério das Relações Exteriores, 08 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discursos-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas> Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL, Para Amorim, amplo interesse na reunião do BRICS é sinal de “afirmação global” do bloco, Agência Gov, 22 de agosto de 2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202308/para-amorim-amplo-interesse-na-reuniao-do-brics-e-sinal-de-201cafirmacao-global201d-do-bloco>. Acesso em: 15 set. 2023

BRASIL, planalto do governo brasileiro. Declaração conjunta dos líderes do BRICS, anunciam a entrada de seis novos países, II Declaração de Johannesburgo, agosto de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises/jhb-ii-declaration-24-august-2023.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023

CNN Brasil. Expansão dos Brics esvazia posição do Brasil, diz ex-embaiador. Youtube, 27 ago. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mui_SnVh2Bg. Acesso em: 19 nov. 2023.

COLETTA, R. D. Lula fala em Venezuela e Argentina no Brics, mas diplomacia resiste a expansão. **Folha de S. Paulo**. Brasília, 06 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/lula-fala-em-venezuela-e-argentina-no-brics-mas-diplomacia-resiste-a-expansao.shtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

COSTA JUNIOR, P. O Brasil no BRICS +, O mundo é um moinho, Youtube, 31 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EGkv_zO4Pbw. Acesso em: 8 out. 2023

DUARTE, L. China propõe o "Brics Plus", com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka. **RFI**. 20 abr. 2017. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>. Acesso em: 19 nov. 2023.

DURÃO, R.; ADAMOR, J. Brics ganha peso geopolítico e econômico, mas enfrenta contradições. **Brasil de Fato**. Botucatu, 24 ago. 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/brics-ganha-peso-geopolitico-e-economico-mas-se-torna-mais-conservador-e-contraditorio>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO, Brasil deixa de pagar aporte ao banco do Brics: Brasil agora está inadimplente com o banco que ajudou a fundar e é um dos acionistas, InfoMoney, 5 de janeiro de 2021. Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/economia/brasil-deixa-de-pagar-aporte-ao-banco-do-brics/>.

Acesso em: 20 out de 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO, Mundo não pode mais ser ditado pelo G7, e interesse no Brics demonstra nova força, diz Amorim, Época Negócios. 22 de agosto de 2023. Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/mundo/noticia/2023/08/mundo-nao-pode-mais-ser-ditado-pe-lo-g7-e-interesse-no-brics-demonstra-nova-forca-diz-amorim.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2023

FERNÁNDEZ, M. Brics: expandir para quem e para qual propósito?: A agenda da expansão foi liderada, sobretudo, pela China e pela Rússia, evidenciando a influência dos dois países no bloco. Correio Braziliense. 2023. Disponível em:

https://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2023/08/5120632-brics-expandir-para-quem-e-para-qual-proposito.html#google_vignette. Acesso em: 10 nov. 2023.

GARCIA, A; IBAÑEZ, P. Brics expandido, e agora? Novos desafios para a política externa brasileira: Sob forte especulação de esvaziamento e perda de força dos Brics, o que ocorreu na cúpula foi uma demonstração do protagonismo chinês, além de uma expansão que certamente trará grandes mudanças para o futuro do grupo. Diplo Matique, 28 de agosto de 2023. Disponível em:

https://diplomati que.org.br/brics-expandido-e-agora-novos-desafios-para-a-politica-externa-brasileira/?fbclid=PA AaYaKyKuyBxEI83Mm0kTkg_z-4fDtwyy8HZpb6gcxs_odVMZ9kuJ3-dyWbs. Acesso em: 20 set. 2023

GATENO, D. Entrada do Irã no Brics preocupa comunidade judaica no Brasil. **Estadão**. 25 set. 2023. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/internacional/entrada-do-ira-no-brics-preocupa-comunidade-juda>

[ica-no-brasil/#:~:text=A%20Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Israelita%20do%20Brasil,as%20propostas%20da%20diplomacia%20brasileira.&text=%E2%80%9CA%20Conib%20lamenta%20e%20v%C3%AA.Ir%C3%A3%20no%20bloco%20do%20Brics.](#) Acesso em: 06 nov. 2023.

GERLACH DA SILVA ZIEMATH, G. O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011), Funag, Brasília, 2016. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1160-PARTICIPACAO_DO_BRASIL_NO_CSNU_final.pdf. Acesso em: 9 out. 2023

GIOVANAZ, D. Ponto a ponto: conheça os 15 acordos firmados por Bolsonaro e Modi na Índia: Maioria dos documentos não gera obrigações no âmbito do Direito Internacional, mas revela intenções dos dois governos, Brasil de Fato, 25 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/25/ponto-a-ponto-conheca-os-15-acordos-firmados-por-bolsonaro-na-india>. Acesso em: 19 out. 2023.

GONZÁLEZ Levaggi, A., & Múgica, T. (2023). Navigating Argentina's BRICS Entry: between domestic dynamics and geopolitical Implications. Policy Brief No. 2/2023. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/120342/1/Gonzalez_Levaggi_Mugica_Navigating_Argentina_s_BRICS_Entry.pdf. Acesso em: 22 set. 2023

HERZ, M. O Brasil e a reforma da ONU. SciELO, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wKZNBO7YQng3CVvVgwH4JbJ/?lang=p>. Acesso em: 19 set. 2023

HIRST, M. A política externa de Lula 3.0 além do horizonte. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.89-109, abr. 2023.

INDIA, ministry of external affairs, Government of India. English translation of Prime Minister's Statement on BRICS Expansion. Media Center, 2023. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/37031/English+translation+of+Prime+Ministers+Statement+on+BRICS+Expansion>. Acesso em: 19 set. 2023

JUNQUEIRA, C. Itamaraty diverge sobre prevalência de interesses da China e peso do Brasil na Cúpula dos Brics: Parte não viu vantagens, por exemplo, na expansão do grupo, enquanto outra considerou que tudo o que o Brasil defendeu acabou sendo acatado. **CNN Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/itamaraty-diverge-sobre-prevalencia-de-interesses-da-china-e-peso-do-brasil-na-cupula-dos-brics/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LIMA, M. R. S.; SANTOS, F. O Congresso e a Política de Comércio Exterior. **Lua Nova**, n.52, p.121-149, 2001.

LOPES, L. Em discurso nos Brics, Lula diz que grupo será mais relevante com novos membros e defende moeda comum. **CNN Brasil**. São Paulo, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-discurso-brics-novos-membros-moeda-comum/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LUCENA, A. Lula defende expansão do Brics como forma de negociar ‘em igualdade’ com UE e EUA. **Carta Capital**. São Paulo, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/lula-defende-expansao-do-brics-como-forma-de-negociar-em-igualdade-com-ue-e-eua/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LUCENA, E; LUCENA, R. Ampliação do BRICS muda um pouco o eixo da terra, aponta Celso Amorim, Tutaméia, 31 de agosto de 2023. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/ampliacao-do-brics-muda-um-pouco-o-eixo-da-terra-diz-celso-amorim/>. Acesso em: 5 out. 2023

LUKIN, A.; XUESONG, F. What is BRICS for China?. **Strategic Analysis**, v. 43, n. 6, p. 620-631, nov. 2019. Institute for Defence Studies and Analyses.

MARTINS, A. Amorim sugere que Brics podem adaptar critérios à escolha de novos membros. **CNN Brasil**. 23 ago. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/amorim-sugere-que-brics-podem-adaptar-criterios-a-escolha-de-novos-membros/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MARTINS, A. Brasil condiciona expansão dos Brics ao apoio da China para entrar no Conselho de Segurança da ONU, CNN Brasil, 22 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/brasil-condiciona-expansao-dos-brics-ao-apoio-da-china-para-entrar-no-conselho-de-seguranca-da-onu/>. Acesso em: 25 set. 2023

MATOSO, F., Casto, A. P. (2023, 19 de novembro). Comércio bilateral, Brics, Mercosul: as razões por que o governo brasileiro acompanha de perto a eleição na Argentina. TV Globo e GloboNews. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/2023/11/19/comercio-bilateral-brics-mercoul-as-raoes-por-que-o-governo-brasileiro-acompanha-de-perto-a-eleicao-na-argentina.ghtm>. Acesso em: 25 nov. 2023

MAZUI, G. Em evento do Brics, Lula defende reaproximação do Brasil com países africanos: 'Nunca deveria ter se afastado': Durante discurso, presidente também afirmou que países não podem aceitar o que chamou de 'neocolonialismo verde' sob o pretexto de preservação do meio ambiente. G1. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/22/lula-discurso-brics.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2023.

MENDONÇA, F. A expansão do BRICS, Chutando a Escada, Spotify, 12 de setembro de 2023. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6ZeWZpn79YOzhuSAF23bBj?si=U3mgmX9CT42wjyCwCB4XDw&utm_source=whatsapp&utm_medium=whatsapp&nd=1&branch_match_id=1251157802908052453&branch_referrer=H4sIAAAAAAAAAA8soKSkottLXLy7IL8IMq9TLyczL1k83K%2FcOSfV1MXJOAgBj83YNIAAAAA%3D%3D. Acesso em: 3 out. 2023

MIA, I. et al. IISS experts assess the BRICS expansion. **International Institute for Strategic Studies**. 01 set. 2023. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2023/09/iiss-experts-assess-the-brics-expansion/>. Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, M. F. **Mercosul**: atores políticos e grupos de interesses brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PODER 360, Mauro Vieira rebate análise sobre vitória da China no Brics: Em entrevista à “CNN”, ministro disse que a expansão foi feita “por consenso” e que o Brasil apresentou 3 critérios adotados, Poder 360, 27 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/mauro-vieira-rebate-analise-sobre-vitoria-da-china-no-brics/>. Acesso em: 4 nov. 2023

PRAZERES, L. Como Brasil se equilibra ante pressão chinesa no BRICS, BBC News Brasil, 24 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gw3eeqyg1o>. Acesso em: 23 set. 2023

PRAZERES, L. Expansão do Brics: bloco anuncia 6 novos membros. **BBC News Brasil**. 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gz5nzlny5o>. Acesso em: 08 nov. 2023.

PRAZERES, L. Expansão do Brics: 'Você escolhe os países e depois define os critérios', diz Amorim, BBC News Brasil, 23 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51r41y33v9o>. Acesso em: 30 ago. 2023

REIS DA SILVA, A. L.; DE HOLLEBEN, R. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003 - 2020). *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 11, n. 22, p. 202-217, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/15098/9263>. Acesso em: 31 ago. 2023.

REIS, M. E; VICENTE DE SÁ PIMENTEL, J (Org.). BRICS: surgimento e evolução. In: O BRASIL, OS BRICS E A AGENDA INTERNACIONAL. 2012. 2º ed, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em:

https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf.

Acesso em: 1 nov. 2023.

RIBAS, L. D. C. A. P. D. F. **A política externa vista da janela do avião: a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula.** III Simpósio de Pos-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas". [S.l.]: [s.n.]. 2011. p. 1-21.

SAPIO, M. O que pode estar por trás da possível entrada de novos membros ao Brics: Desprendimento dos EUA e força do sul global estão entre as motivações; Argentina, Egito, Venezuela e Arábia Saudita são alguns dos países que enviaram pedidos para aderir ao bloco. CNN Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-pode-estar-por-tras-da-possivel-entrada-de-novos-membros-ao-brics/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SÁ, R. M. R.; RODRIGUEZ, M. E. **A expansão do BRICS e o papel da China no agrupamento.** In: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. 01 set. 2022. Disponível em: <http://www.iri.puc-rio.br/blog/a-expansao-do-brics-e-o-papel-da-china-no-agrupamento/>.

Acesso em: 04 nov. 2023.

SCHREIBER, M. Sob liderança de Bolsonaro, Brasil recebe cúpula do Brics reduzida e ofuscada por instabilidade no continente, BBC News Brasil, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50387354>. Acesso em: 20 de out de 2023.

SEIXAS CORRÊA, L. F. O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006, FUNAG, Brasília, 2007. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf.

Acesso em: 15 set. 2023

SILVA, A. L. R. O BRICS e a governança global. Evento realizado pelo CEBRI, no dia 07 de julho de 2022.

SPELLMANN, S. BRICS plus 11: Nova ordem global? com Ana Saggiore, centro de estudos globais e china puc-minas, Youtube, 29 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EG1xh6rn9JM>. Acesso em: 20 set. 2023

STEWART, B. BRICS bloc includes 2 of world's biggest economies and 40% of its population but struggles to wield influence. **CBC News**. 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/world/brics-summit-south-africa-1.6942508>. Acesso em: 20 nov. 2023.

STUENKEL, O. BRICS e o Futuro da Ordem Global. 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

TWN Info Service on WTO and Trade Issues. Expanded BRICS Johannesburg II declaration “shows mirror” to North, Published in SUNS #9845, TWN Third Network Berhad, 01 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.twn.my/title2/wto.info/2023/ti230901.htm>. Acesso em: 20 set. 2023

VALDÉS, A. La batalla geopolítica entre Estados Unidos y los BRICS en 2021 y 2022. **Política Internacional**, v.5, n.3, p.90–102, 2023.

VAZQUEZ, K. Expansion of BRICS to boost China’s influence? Here’s what expert says. [jun. 2022]. Entrevistador: Huma Siddiqui. **Financial Express**. Disponível em: <https://www.financialexpress.com/defence/expansion-of-brics-to-boost-chinas-influence-heres-what-expert-says/2558910/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

VIEIRA, B. Acordo nuclear foi um fracasso para os EUA, não para Lula, diz vice-chanceler do Irã. **Folha de S. Paulo**. 19 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/08/acordo-nuclear-foi-um-fracasso-para-os-eua-nao-para-lula-diz-vice-chanceler-do-ira.shtml>. Acesso em: 06 nov. 2023.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação, **SciElo**, Dezembro de 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/?lang=pt#>. Acesso em: 20 set. 2023

YÁKOVLEVA, N. M. (2018). Argentina-BRICS: Rumbo hacia convergencia. Tese de doutorado, Instituto de Latinoamérica de la Academia de Ciencias de Russia, Moscou. Disponível em: <https://iberoamericajournal.ru/sites/default/files/2018/3/yakovleva.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023